

Paisagens de modernidade branca: uma análise sócio-histórica da segregação de classe e raça no urbanismo de Fortaleza

Landscapes of white modernity: a socio-historical analysis of class and race segregation in the urbanism of Fortaleza

Antônio Fábio Macedo de Sousa^{1*}, Preciliana Barreto de Moraes¹², Rosendo Freitas de Amorim²³, Bruna Maria Costa Gomes³², Luany de Queiroz Silva⁴²

RESUMO

Raça, classe e cidade estão historicamente interconectadas e configuram-se em um sistema de privilégios presentes nas origens e desdobramentos da modernidade urbana capitalista (BONNETT, 2002). Partindo desta perspectiva, temos como objetivo analisar os efeitos sociais produzidos pela incorporação de uma “modernidade branca” em Fortaleza, no Nordeste do Brasil. A partir da construção de uma abordagem sócio-histórica e etnográfica, observamos como o tradicional e rico bairro Aldeota foi sendo apropriado como local de poder e consumo pelas elites. Um espaço de privilégios de classe e raça de modo a atender os interesses materiais e simbólicos de uma “branquitude” local (RAMOS-ZAYAS, 2020). Desse modo, observamos as principais representações sobre a história de urbanização deste território e o seu processo de “enobrecimento” mediante o reforço constante de investimentos que fizeram do bairro uma paisagem da segregação racial moderna e dos privilégios de classe na cidade.

Palavras-chave: Modernidade branca 1; Segregação 2; Raça 3; Classe 4; Branquitude 5.

ABSTRACT

Race, class and city are historically interconnected and are configured in a system of privileges present in the origins and developments of capitalist urban modernity (BONNETT, 2002). From this perspective, we aim to analyze the social effects produced by the incorporation of a “white modernity” in Fortaleza, in the Northeast of Brazil. From the construction of a socio-historical and ethnographic approach, we observe how the traditional and wealthy Aldeota neighborhood was being appropriated as a place of power and consumption by the elites. A space of class and race privileges in order to meet the material and symbolic interests of a local “whiteness” (RAMOS-ZAYAS, 2020). In this way, we observed the main representations about the history of urbanization of this territory and its process of “ennoblement” through the constant reinforcement of investments that made the neighborhood a landscape of modern racial segregation and class privileges in the city.

Keywords: White modernity 1; Segregation 2; Race 3; Class 4; Whiteness 5.

¹Universidade Federal do Ceará*E-mail: afabio.macedo@alu.ufc.br

²Universidade Estadual do Ceará

³Secretaria de Educação do Ceará

INTRODUÇÃO

O professor e poeta Sânzio de Azevedo (2015), explica que o vocábulo *aldeota*, de acordo com os dicionários, significa povoado ou aldeia, tendo ainda outras variações: aldeola, povoado e arraial. O nome do bairro tem em sua etimologia uma axiomática referência a uma “povoação de índios” que haviam no passado ocupado este território nas adjacências do leito do Riacho Pajeú.

Historicamente a formação socioespacial do bairro esteve relacionada a um deslocamento das famílias de mais alta renda da cidade em direção à região leste. A partir de 1970 a Aldeota torna-se um novo símbolo de centralidade na cidade, exercendo uma expressão significativa no desenvolvimento da economia urbana de Fortaleza. Mudanças paradigmáticas como a abertura de importantes avenidas, a construção de torres empresariais e *shoppings centers* refletem o modo como o bairro da Aldeota vai estabelecendo sua condição como nova “centralidade” histórica na vida da cidade. Lugar que mistura o moderno com o contemporâneo e que se recria permanentemente em dinâmicas socioculturais locais e transnacionais, fazendo deste, um território que vai assumindo na paisagem metropolitana a simbologia de “centro” na medida que outros se tornam “periferia”.

Para compreendermos os significados da modernidade atribuídos ao território da Aldeota iremos neste artigo analisar a construção sócio-histórica da urbanidade do bairro. Recorreremos a uma breve descrição da formação socioespacial de Fortaleza considerando como a cidade foi sendo planejada e ocupada pelas elites. Com efeito, descrevemos como a Aldeota foi ao longo de algumas décadas tornando-se esse espaço social de privilégios na cidade de modo a atender os interesses econômicos, residenciais e comerciais presentes no estilo de vida das classes médias e altas em Fortaleza.

Desse modo, discutimos como o urbanismo foi atribuído e atribuiu valores sociais distintivos da dinâmica de classe e raça nas estruturas materiais e simbólicas do bairro, constituindo um ambiente altamente planejado para determinadas classes sociais com seus espaços privados e exclusivos que figuram como enclaves fortificados e que se traduziu na busca permanente por segurança, distanciamento social e segregação racial.

Apresentamos a Aldeota que nasce sob influência dos valores e representações de espaços urbanos modernos e racializados por um “urbanismo branco”. O estudo realizado por Sebastião Rogério Ponte (1999), em Fortaleza *Belle Époque*, apesar de não ter feito

uma análise com uma abordagem dos aspectos raciais, é muito significativo para pensar como o urbanismo em Fortaleza reproduziu um padrão de urbanidade referendado pelo modelo ocidental europeu.

A Fortaleza *Belle Époque* corresponde ao período histórico entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Segundo Ponte (1999) a cidade, durante esse período, passou por expressivas reformas e intervenções urbanas. Como indica o autor, a capital cearense passa a incorporar em sua estrutura urbana mudanças advindas de ideais de modernidade europeia ocidental, assim como, de aspectos estéticos, de disciplinamento dos espaços urbanos. Por sua vez, as elites da cidade buscavam a todo custo reproduzir comportamentos e hábitos, principalmente franceses. No que diz respeito ao urbanismo, os espaços centrais da cidade frequentados pelas elites passam a ser palco de intervenções de higienização e limpeza urbana.

A medida que esse processo foi ocorrendo, ações de aformoseamento e embelezamento da cidade também eram realizados, principalmente em relação à edificação de novos equipamentos como a pavimentação de ruas e avenidas, a construção de teatros e o ajardinamento de praças e logradouros públicos. Do mesmo modo, hospitais e cemitérios foram deslocados para regiões mais afastadas das áreas centrais do perímetro urbano, para não haver a contaminação dos ares da cidade, reforçando a preocupação das elites locais com políticas “higienistas” e “embelezadoras”.

Segundo a perspectiva de Alastair Bonnett (2002), raça, modernidade e espaço urbano estão interconectados. De acordo com o autor, os privilégios raciais estão “fisicamente conectados” à modernidade capitalista urbana. No caso de Fortaleza, o urbanismo também esteve assentado em termos raciais à tentativa de construção e reforço de uma distinção a partir da “modernidade branca” transportada da Europa através dos ideais incorporados pelas elites locais.

A Fortaleza *Belle Époque* é um dos momentos históricos desta configuração que também estamos pensando inspirados nos estudos de Bonnett (2002), de um “urbanismo branco”. Mais do que isso, teorizar a nossa “modernidade branca”, nos ajuda a (re)discutir de forma autocrítica as interpretações históricas desse passado não tão distante. Como afirma o autor, em termos de racialização, o urbanismo pode ser compreendido como uma forma de fixação e naturalização de ideologias e valores estruturais que não são unicamente de uma estrutura de classe.

Desse modo, apontamos neste trabalho a paisagem do bairro Aldeota como continuidade da modernidade e do “urbanismo branco” da cidade, no qual grande parte das classes médias e altas de Fortaleza se estabeleceram em dinâmicas socioculturais locais e transnacionais por meio da afirmação de capitais formando espaços de distinção e paisagens de segregação e poder. Para compreender tal processo, além de considerar a estrutura de classes, damos foco às dimensões raciais que foram estruturantes nos modos como o bairro foi se constituindo em diferentes aspectos como lugar de uma branquitude na cidade.

No itinerário desse estudo, nos valem das fontes históricas, etnográficas e de pesquisas em blogs e sites de redes sociais na internet para fundamentar nossas análises sociológicas, assim como, para embasar nossa hipótese de que a Aldeota não foi somente historicamente se constituindo como espaço social das dinâmicas de mudanças econômicas modernas, mas também constituindo-se como uma ordem simbólica e material das relações das classes e de seus privilégios raciais na cidade de Fortaleza.

Nesse contexto, partimos do pressuposto de que hoje a Aldeota se caracteriza como bairro que foi assumindo uma diversidade de fisionomias segregadoras que consolidaram um sistema de privilégios locais. Passou de bairro eminentemente residencial de classe média e alta em meados do século XX para torna-se um luxuoso centro financeiro, comercial e gastronômico no século XXI. Apesar de muitas famílias ricas da Aldeota terem migrado principalmente para o Meireles, mais perto da praia, bairro que hoje concentra a maior renda média per capita (R\$ 3.659,54) e o maior IDH da cidade (0,953), o bairro da Aldeota que hoje é o segundo maior IDH (0,866) e a quinta maior renda média per capita de Fortaleza, mantém o status de uma identidade sociocultural racializada que reforça certos *habitus* de classe e espaços de “privilégio branco” que continuam socialmente naturalizados e racialmente incorporados pelas elites. Moradores da periferia da cidade costumam se referir aos portadores dessa identidade de classe e raça de modo genérico e muito significativo como “o povo das Aldeotas”.

Este trabalho se insere na corrente de estudos que desde 1990 vem sendo denominada nos Estados Unidos de *Critical Whiteness Studies* (FRANKENBERG, 1993; MORRISON, 1992; ROEDIGER, 1991), que no Brasil começou a emergir no campo das Ciências Humanas e Sociais a partir dos anos 2000 (BENTO, 2002; PIZA, 2002; SOVIK, 2009; LOURENÇO, 2010; SCHUCMAN, 2010). Durante o período de um ano dedicados ao trabalho de campo, entre janeiro de 2020 e fevereiro de 2021, reunimos um conjunto

de dados etnográficos colhidos mediante o uso de ferramentas metodológicas que englobam tanto os contextos online quanto offline. De modo sistemático organizamos um “arquivo de pesquisa” durante os meses de março, abril, maio e junho de 2020. Identificamos matérias de jornais, fotografias, anúncios publicitários e narrativas de blogs que resgatam aspectos das dinâmicas históricas, geográficas, políticas e socioeconômicas deste território “privilegiado” na cidade.

Dinâmicas da segregação racial no espaço urbano de Fortaleza

Segundo as fontes históricas, a ocupação socioespacial da Aldeota tem início de forma mais sistemática durante a década de 1930. Antes desse período a dinâmica de formação do bairro se resumia a um lento processo de apropriação do solo que se caracterizava principalmente por ser “[...] um arrabalde, um lugar ermo, areal inóspito e desabitado, onde existiam apenas algumas chácaras e sítios.” (DIÓGENES, 2005, p. 35).

Para compreender o desenvolvimento do bairro é fundamental contextualizar que ao longo dessas três primeiras décadas do século XX a cidade de Fortaleza começou a viver um processo de expansão urbana. Além disso, é necessário reconhecer os fatores e interesses que suscitaram mudanças na apropriação de novos territórios localizados na zona leste da cidade que causaram a formação e crescimento da Aldeota.

Até 1900 a vida urbana de Fortaleza no seu sentido mais amplo (econômico, social e político) se concentrava de forma quase exclusiva no bairro do Centro, que se desenvolveu na realidade fortalezense no início do século passado, caracterizando-se na época como lugar de moradia das classes dominantes. Com o adensamento das atividades comerciais e a ausência de uma estabilidade na vida cotidiana, as classes abastadas passam a se retirar do Centro em busca de bairros em áreas afastadas e mais tranquilas na cidade (PONTE, 1999).

Inicialmente as camadas de alta renda se deslocaram pelo perímetro urbano no sentido oeste, instalando-se em bairros como o Jacarecanga, Benfica e Joaquim Távora, também considerados os primeiros “bairros elegantes” da cidade (DIÓGENES, 2005). Esse novo alargamento residencial da zona urbana esteve calcado na busca das elites por áreas mais distantes das agitações do cotidiano do Centro que passou a concentrar todos os tipos de atividades comerciais. Esses bairros passaram a representar geograficamente as principais vias de acessos às regiões do interior do Estado e residir nessas localidades

era estratégico e de interesse para as famílias ricas e para uma elite comercial e agrária, pelo fato de facilitarem essas rotas.

No entanto, quando estas rotas comerciais passam a incluir cada vez mais a presença de milhares de retirantes sertanejos vindos do interior em busca de amparo na capital (principalmente durante a seca de 1932), em sua maioria descendentes de africanos escravizados, essa população é imediatamente “racializada” pelos brancos ricos da cidade em uma espécie de contínuo do passado escravocrata. Eram os “pretos”, os “caboclos” ou os “mulatos”, em todos os casos, alvos de desprezo e ira dos brancos ricos que habitavam aqueles bairros da área oeste. Tal evento provocou o deslocamento dessas classes abastadas para o leste da cidade.

A saída desse grupo de alta renda também do centro da cidade nesse decorrer de tempo, influenciou de modo decisivo no processo de urbanização de Fortaleza. Esses deslocamentos sinalizam um novo momento de reconfiguração social e geográfica da cidade. A dinâmica de “inchamento” da metrópole fortalezense passa a estabelecer não somente uma incipiente estratificação circunscrita aos espaços públicos⁴

Nesse contexto, foram surgindo também as primeiras favelas de Fortaleza, principal reflexo das marcas da segregação racial e urbana predominante na paisagem social de crescimento da “Cidade do Sol” em tempos de seca. Ao passo que se desenvolvia, Fortaleza também acirrava um processo de espacialização de desigualdades, sobretudo, pela presença dos conflitos sociais como forma de estruturação do espaço urbano (RIOS, 2014). A historiadora Kênia Rios cita manchete de um dos principais jornais de Fortaleza, O Povo, em 13 de abril de 1932: “Mais dois trens entulhados de famintos se dirigem a esta capital” (RIOS, 2014, p. 18). Os termos utilizados pelo jornal mostram como, de um lado, os retirantes eram tratados como “não-pessoas”, como espécie de “coisas”, “entulhando” o trem, e de outro eram percebidos como ameaças à urbe, tida como “civilizada”, no caso, a capital.

Durante esse período, pode-se descrever dois movimentos centrais articulados pela elite branca de Fortaleza. Um deles foi a criação dos “campos de concentração” no

⁴ Um emblemático exemplo histórico como aponta Rios (2014) foi o caso do “Passeio Público, que, desde o final do século XIX, possuía três territórios: no mais alto e mais elegante pavimento encontrava-se a alta burguesia da cidade. No segundo pavimento, menos pomposo que o primeiro, ficavam os considerados medianos, nem tão chiques nem tão pobres. O terceiro pavimento dava aos pobres a oportunidade de também se encontrarem no famoso lugar, no entanto, sem a mesma suntuosidade daqueles que os observavam do alto. O “Passeio Público” era um expressivo símbolo da segregação social dos espaços urbanos em Fortaleza (RIOS, 2014).

interior com o objetivo de impedir a chegada dos retirantes à capital. O segundo foi quando a elite usando de seu poder simbólico, político e econômico incentivou a construção de dois “campos de concentração” em bairros periféricos da capital como medida para afastar os “flagelados” dos bairros residenciais das camadas de alta renda, bem como locais para o isolamento e controle da população pobre que devia ser mantida de qualquer maneira “distante dos olhos da elite local”. Como reconhece Linda Gondim (2007):

[...] é somente a partir de 1930 que tal processo começa a expressar um certo padrão de espacialização da desigualdade social. Formam-se aglomerações de moradias pobres “nas areias”, sobretudo na parte oeste, onde estava localizada a indústria e onde surgiria a favela do Pirambu. A leste, o bairro da Aldeota começa a ser delimitado mais nitidamente, passando a abrigar suntuosas moradias de uma burguesia emergente, integrada por recém-migrantes do interior (GONDIM, 2007, p. 108).

A incitação da “alta sociedade” branca fortalezense pelas terras urbanas do outro lado das margens do Riacho Pajeú (Aldeota), não foi apenas uma romântica “preferência” das elites em morar em “áreas mais aprazíveis”, como se costumou justificar essa “escolha”, mas como efeito do crescente processo de espacialização da segregação. Aspecto que se assemelha a forma de apropriação espacial de outras cidades brasileiras. (DIÓGENES, 2005) O novo deslocamento das camadas de alta renda para a Aldeota marcava um maior distanciamento social entre as elites e as camadas populares. Com esse movimento, os brancos de classes abastadas vão em busca de “novos ares” na zona leste de Fortaleza, se concentrando principalmente na Aldeota.

Desde então, a Aldeota passou a ser vista com um status de excelente localização da cidade e como melhor opção de moradia. As primeiras construções residenciais do bairro do tipo “chalés”, chácaras e casas de veraneio, utilizadas não somente para passar férias, como para longos finais de semana, materializam as condições de privilégio das elites de Fortaleza, tendo como principal imagem as mansões de luxo em direção ao litoral leste da cidade. Como bem relata o antropólogo Paulo Linhares (2013) em uma “quente” narrativa antropológica, isto é, que instiga grandes significados, a modernidade levava literalmente Fortaleza para ver o mar. Entretanto, nessa época, as praias da capital ainda estavam longe de se configurarem como local de efervescente socialidade para as elites.

Em uma letra de canção carnavalesca, o arquiteto e compositor cearense Fausto Nilo, reforça o desejo dessa representação de “quem é rico mora na praia”, fazendo alusão ao processo de ocupação e uso do solo pelas classes de alta renda que começavam a ir em

busca dos ventos do litoral fortalezense. Reside aí um vestígio da relação que se tece gradualmente entre dunas, sol, praia e areia das cercanias da Aldeota que se fundem aos interesses de uma elite branca, movida sinuosamente pelas práticas de espoliação urbana.

A partir dos anos 1940 as residências do bairro passam a expressar elementos arquitetônicos inspirados em uma linguagem moderna, na qual são utilizadas fachadas de platibanda com forte influência do estilo art déco. A ocupação residencial da Aldeota que se caracterizou pela construção de imóveis de alto padrão e luxo imita e incorpora em alguma medida as tendências da arquitetura européia dos anos 1920, fazendo disso uma forma de diferenciação de classe e raça e legitimando uma espacialidade de sociabilidade dos brancos.

Esse registro permite de modo histórico observar alguns traços que estiveram presente nesse desenvolvimento para zona leste, fazendo da Aldeota o “reduto da burguesia” (CARVALHO, 1963; JUCÁ, 2003; AZEVEDO, 2015), os autores utilizam esse termo ao se referir à Aldeota em uma dimensão de classe, buscando distinções nos modos de morar e habitar. Essa perspectiva, também aparece sendo reproduzida em uma literatura mais recente sobre o bairro (DIÓGENES, 2005; MENDES, 2008; CUNHA, 2015), na qual não identificam esse “reduto” como um “bairro de brancos”. Aqui surge também o papel da branquitude na valorização dos endereços da Aldeota como os “mais desejados” pelas novas camadas afluentes da cidade.

A valorização da Aldeota que se expressou nos ricos palacetes e elegantes residências de famílias brancas esteve também relacionada com o uso de uma série de recursos públicos destinados a resolver os problemas da seca de 1932, mas foram desviados para o usufruto de setores da classe dominante, como o é o caso do setor imobiliário. Foi aí que essas elites construíram suas espaçosas mansões. Segundo críticos da sociedade cearense da época como o escritor Jáder de Carvalho (1963), a elite aldeotense contando com seu poder local e prestígio se beneficiou do que ficou conhecido como “indústria da seca”.

O contrabando anula terrenos baldios e alarga para o Nascente o bairro aristocrático de Fortaleza. Já muda a geografia. Já mudam os horizontes. Aqui e ali, brota do chão aquilo que as estatísticas da fortuna privada jamais poderão explicar e justificar: os palácios, as moradias luxuosas, as vivendas nascidas à feição do clima, também brancas, lindas e criminosamente brancas. Numa topografia diferente, microgeográfica, a Aldeota se personaliza, assume limites certos, cria a sua própria alma, amadurece enfim. O câmbio negro pneumáticos, o sub-faturamento da cera de carnaúba, o contrabando de peles silvestres,

os incêndios propositais, lucrativos e sem mistério, transformam-se, pela varinha mágica da fraude, num dos bairros mais ricamente famosos de que há notícias em cidades do Brasil. É o bairro dos “terrenos de luxo”, segundo anúncios dos jornais (CARVALHO, 1963, p. 286).

Jáder de Carvalho em seu célebre romance-reportagem “Aldeota” retrata as controvérsias presentes no processo de consolidação da “área mais grã-fina da cidade”. De acordo com o autor, o estilo de vida e a propriedade privada dessa elite que se instalou na Aldeota foi quase que completamente construída, patrocinada e sustentada por um conjunto de atividades e práticas comerciais ilícitas que garantiam vultoso lucro. Como o próprio autor narra, essa riqueza que brota repentinamente nas mansões dos “bacanas” no areal da Aldeota esteve intrinsecamente relacionada ao comércio ilegal, ações de contrabando, fraudes, sonegação de impostos, uso e desvio de recursos públicos e grilagem de terras.

Embora intelectuais brancos um pouco mais críticos, como o jornalista Jáder de Carvalho e como o arquiteto Liberal de Castro tenham feito registros e relatos historiográficos dessa riqueza, os “novos-ricos” da Aldeota nunca se dispuseram a explicar a origem de suas fortunas. O que se sabe é que em muitos casos, o “nebuloso” enriquecimento estava relacionado diretamente aos ganhos obtidos pelas elites brancas em programas governamentais de obras públicas e de distribuição de gêneros alimentícios para vítimas da seca (GONDIM, 2007).

Com efeito, como bem relata o jornalista Xico Sá em coluna do jornal A Folha de São Paulo, o poder econômico do “novo-riquismo” nascente na Aldeota “sob a grife JK e colonistas sociais bajuladores que tomavam uísque contrabandeado nas torneiras douradas dos palacetes”, contribuiu para a crescente expansão do bairro durante a década de 1950. Agora a Aldeota vivia uma espécie de primeiro “boom imobiliário”, configurando-se definitivamente como bairro residencial e rico, onde podia-se encontrar no traçado ortogonal de suas ruas e avenidas, casas chiques de médio e grande porte edificadas em amplos terrenos e em proporções ainda horizontais.

Além desse aspecto, a Aldeota se tornou foco de muitas intervenções e planos urbanísticos, como foi o caso do “Plano Saboya” em 1947. O plano previa diversas ações de remodelações urbanas como: um sistema de hierarquização das principais vias da cidade, chamados de “circuitos”, a preservação paisagística e a preocupação com a manutenção da ecologia de Fortaleza, na qual se destaca a preservação do leito do Riacho Pajeú e a construção de uma avenida-parque. Nesse mesmo plano ainda estavam previstas

a criação de significativo número de praças e áreas verdes, das quais 20 seriam somente na Aldeota (DIÓGENES, 2005).

Durante os anos 1960, a expansão da cidade foi tardiamente em direção à praia com o começo da construção da avenida Beira-Mar em 1962 (LINHARES, 2013). Este fenômeno torna ainda mais atrativa a zona leste, sobretudo, para o setor imobiliário e turístico. A ocupação do solo de tipo residencial unifamiliar presente na Aldeota dessa época se detinha ao perímetro da Avenida Santos Dumont, principal trajeto de expansão do bairro que passou gradativamente a ganhar mais capilaridade com o crescimento da população.

Vale destacar que do final da década de 1940 até 1970 foram elaborados diversos planos (tentativas) de operações urbanas de reestruturação da cidade que visavam desde ações de melhorias como arruamento, abertura de vias e pavimentação, mas também preocupados com organização das funções urbanas de uso do solo com propostas de zoneamento como foi o caso do já citado Plano Saboya Ribeiro (1947), do Plano Hélio Modesto em (1962), além desses, também é importante registrar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF) em 1971 (DIÓGENES, 2005). Uma passagem do romance Aldeota de Jáder simboliza esse momento:

“nestes últimos anos, prefeitos rasgaram ruas na direção do mar e do sertão. Aldeota cresceu em todos os sentidos, assinalada agora por bangalôs de alto custo, palacetes de linhas modernas e custosos palácios que, pela riqueza e luxo, até recordam as Mil e Uma Noites” (CARVALHO, 1963, p. 9).

Conforme retrata a crítica social de Jáder de Carvalho, a cidade passa viver um novo ciclo de transformações durante os anos 1950 e 1960. O desenvolvimento da Capital vai se deslocando para as bandas da zona leste, onde as ações e intervenções urbanas aumentam, fazendo com que a Aldeota crescesse para todos os lados.

“As aldeotas” como paisagem de construção social da branquitude

Como o centro de poder econômico, político, administrativo, cultural e simbólico, a Aldeota passa a ocupar uma posição dominante na narrativa e imagem da cidade. Paulo Linhares (2013) conseguiu na obra ‘Cidade de Água e Sal’, captar com sensibilidade a dimensão dos efeitos produzidos pela expansão de Fortaleza. O autor destaca o contexto

de mudanças da Aldeota e o significado que o bairro passa a representar sendo habitado pelas elites locais ostentando símbolos de finesse e status social na cidade não somente um conjunto de representações sobre formas de habitar, mas também edificando um novo espaço de distinção e inaugurando um modo de vida urbano nos quais os moradores identificam certo ar cosmopolita.

Massacrando o coração dos mais nostálgicos, a pequena aldeia se transformou numa aldeota e criou uma outra cultura e novas formas de vida social. A *cosmopolis* traz com ela toda uma mitologia, signo evidente de um desenvolvimento cultural específico que se constitui (LINHARES, 2013, p.106).

Nesse contexto, o processo de “aldeotização” da cidade que ocorre a partir de 1970, quando o bairro já considerado de fato “área nobre” e ostenta um grande prestígio social, desencadeou também a formação de novos bairros na sua circunvizinhança (Dionísio Torres, Meireles, Papicu, Cocó), todos mantendo forte atração e relação com o novo “centro” da metrópole, a Aldeota. Esse processo ganhou mais densidade com o deslocamento, principalmente para a Aldeota, de grande parte do comércio e serviços localizados no antigo centro de Fortaleza que por diversas condições de estrutura como ruas estreitas, precário sistema viário em xadrez, espaços insuficientes para vaga de estacionamento e a ausência de transporte coletivo de qualidade são vistas como razões que contribuíram para “afugentar” o público de consumidores de maior poder aquisitivo (GONDIM, 2007).

Temos aqui mais um momento da construção socioespacial como um problema de raça e classe. Afinal de contas, esse descolamento que passou a formar uma nova centralidade (econômica e subjetiva) fundamenta-se na ideologia e comportamento de uma branquitude “não marcada” que busca nesse processo se inserir em um movimento de distinção social.

Como observou Irllys Barreira (2019), a frequência crescente do que passa a ser nomeado pelas elites como “misturas” no antigo centro de Fortaleza tornou-se uma espécie de termômetro do nível de diferenciações em uma dimensão de classe, por meio do reconhecimento de práticas, de rituais de pertencimento e de formas de exclusão social. A presença de diferentes segmentos sociais convivendo mediante o consumo de mercadorias em um mesmo lugar mobilizou o afastamento da classe média alta, sendo essa própria, referência de julgamento da “dignidade” dos ambientes passíveis de frequentação.

A essa análise da dimensão de evitação das “misturas” também é possível não apenas acrescentar, mas considerar como estrutural a dimensão racial de discriminação e do estigma racial dos brancos de classe média alta em relação às populações negras que figuram nessa paisagem mediante sedimentação de um espaço racialmente segregado. Nosso argumento central nesta interpretação que fazemos da literatura sobre a Aldeota é de que a dimensão racial precisa ser enfatizada como parte do processo de segregação socioespacial na cidade.

Estes só devem estar por perto para servir a elite, de algum modo. Com esta ênfase na dimensão racial, não marcada na literatura sobre a cidade, estamos querendo chamar a atenção para os modos pelos quais a elite local constrói a si mesma enquanto branquitude, sem se nomear desta forma, mas reafirmando sua “superioridade” não apenas em termos econômicos – de classe social – mas também como casta, portadora de direitos que nega aos sujeitos que ficam de fora de seu “pacto narcísico” (BENTO, 2002).

A noção de branquitude não é definida apenas pela cor da pele, mas por uma construção social que é fundamentalmente relacional e que requer no plano de sua apreensão uma economia de sinais muito mais ampla (PINHO, 2009). É por essa razão, que é tão necessário entender os contornos que moldam a experiência de incorporação da branquitude nos espaços. Um conjunto de outras características nas relações financeiras, no consumo de lugares, nos contornos de gênero e afiliação de classe são quase tão importantes quanto o tom da epiderme.

São essas características que sustentam e revelam indícios da construção da branquitude em Fortaleza que seguindo a narrativa nacional incorporou uma série de paradoxos estruturados nos mitos da nossa mestiçagem. O mais significativo deles se apoia na representação ou muito mais no imaginário social da “extinção” dos índios e a “quase ausência” da população negra no Ceará produzindo também uma “invisibilidade” racial (RATTS, 1998), que poderíamos entender como generalizada, sobretudo, na medida que esse imaginário também serviu como esquema retórico para não marcação da branquitude como posição de vantagens e legitimação de privilégios que estruturam um conjunto de práticas, geralmente não nomeadas (FRANKENBERG, 2004).

Diferente de outros países como os Estados Unidos, aqui a branquitude não foi explicitamente construída, mas tornou-se silenciosamente hegemônica mediante discursos e representações sociais de mestiçagem. Desse modo, o reconhecimento da branquitude no contexto brasileiro sofre imprecisões, tendo em vista, o papel

desempenhado pelo mito da democracia racial que tornou ainda mais amorfo o conceito de branquitude. Nessa perspectiva, como uma força simbólica não marcada, a branquitude revela mais sentido, ou se torna muito mais interessante do ponto de vista analítico, quando analisada tanto em contextos regionais como em transnacionais, visto que estes contextos operam de modo simultâneo (PINHO, 2009).

Conforme observou Danilo França (2020), a estratificação da sociedade brasileira em termos de classe e raça pode ser descrita como formada por classes médias e altas brancas e de classes baixas multirraciais. Ao analisar a segregação racial nas regiões metropolitanas, o pesquisador sugere a existência desse tipo de estrutura como padrão comum das cidades brasileiras. Assim, enquanto brancos de classes altas e médias estariam mais próximos fisicamente, negros (de diferentes classes) teriam maior semelhança social e física com os pobres. Nessa perspectiva, o autor introduz a tese de que a especificidade da conformação da segregação urbana no país, quando consideradas as distâncias residenciais seriam essas, definidas mediante a articulação entre raça e classe. O fato de que a maioria dos brancos e brancas viverem em localizações geográficas privilegiadas com o metro quadrado mais valorizado da cidade, com melhores condições urbanas e maior oferta de equipamentos públicos e privados são evidências que contrapõe a interpretação de que o processo de segregação seria estruturado apenas por uma dimensão de classe (FRANÇA, 2020).

De acordo com Danilo França (2020), o padrão da segregação na capital cearense quando comparada as outras metrópoles brasileiras, apresenta-se como uma segregação racial “menos pronunciada”, reforçando a ideia de que em Fortaleza o que prevalece é uma distinção de classe. No entanto, algumas ressalvas precisam ser feitas, principalmente quando falamos do contexto urbano de Fortaleza. A cidade tem o maior percentual de pessoas que se autodeclaram como brancas (36,25%) no Ceará, sendo negros (4,41%) segundo o último censo do IBGE em 2010. Existe nesse dado uma complexidade que a abordagem comparativa da segregação residencial realizada pelo pesquisador Danilo França (2020) não apreendeu.

Essa complexidade diz respeito à particularidade referente a categoria de “pardos” no Ceará. Em Fortaleza (57,85%) da população se autodeclara de cor “parda”. No estado a população “parda” segundo pesquisa realizada pelo IPECE em 2019 engloba mais de (65,7%) da população, sendo brancos (28,8%) e negros de (5,3%). Os dados sobre renda do IBGE e do IPECE comprovam, como mostramos anteriormente, que a desigualdade

de raça em Fortaleza está associada não apenas a localização residencial, mas principalmente à renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições sociológicas de entender as estruturas de segregação racial contemporâneas parte das possibilidades de compreender a força social de determinados contextos históricos. No caso da cidade de Fortaleza partimos de uma leitura crítica sobre seu processo de urbanização e modernização que materializam e simbolizam dinâmicas estruturais de poder e privilégio de classes sociais racializadas. Em nossa paisagem urbana contemporânea, um conjunto de padrões de segregação, que também são históricos, se interpenetram, criando cada vez mais clivagens onde os marcadores de raça e classe ganham novos contornos e operam de modos mais explícitos ou mesmo mais dissimulados, configurando as relações raciais de poder numa sociedade de classes.

No contexto de Fortaleza, sublinhamos que as transformações ocorridas em específico na Aldeota fornecem importantes pistas para repensar não apenas a produção do espaço urbano de Fortaleza em uma dimensão funcional da cidade, mas permite, ao conhecer mudanças históricas, visualizar estruturas de poder, formas de segregação e apropriação racializadas dos espaços urbanos. As classes média e alta figuram nesta paisagem como segmentos que partem de um sistema de privilégios raciais sintetizados numa performance de branquitude. Com efeito, a Aldeota nos parece ser um dos espaços históricos para uma compreensão mais ampla do que significa na cidade de Fortaleza possuir privilégios de classe e raça, a partir dos quais são construídos ambientes de branquitude, sendo o bairro um exemplo significativo para pensar as desigualdades sociais e raciais na geografia subjetiva, objetiva e também econômica da cidade.

Seguindo mais uma vez a perspectiva de Patrícia Pinho (2009), consideramos que a branquitude deve ser estudada de modo relacional, considerando, principalmente, as especificidades de cada contexto. Observamos esta condição metodológica como uma das diferentes maneiras possíveis de pesquisar a branquitude nos espaços urbanos. Apesar dos esforços teóricos e analíticos, nomear a branquitude no Brasil, ainda consiste em uma tarefa difícil. Em Fortaleza, reconhecer a identidade racial branca é ainda muito mais complexo, quando não suscita estranheza e dúvida, causa muitos incômodos e sentimentos de desconforto.

Desse modo, ao adotar e propor uma abordagem histórica racializada da construção social dos espaços em um bairro de classe média e alta, considerado historicamente um bairro de “elite”, não celebramos e muito menos condenamos as performances raciais das elites, mas procuramos entender a partir delas como determinados indivíduos fazem usufruto de vantagens incorporadas pelos privilegiados locais em uma dimensão das performances raciais articuladas a uma estrutura urbana perpassada por desigualdades. Essa relação constitui a chave analítica para compreender a construção de privilégios de raça e classe.

Com foco nas categorias de raça, modernidade e espaço urbano refletimos a centralidade destas para compreensão das relações sociais no contexto do mundo contemporâneo. Essa abordagem contribui para pensar possibilidades analíticas de como investigar as dinâmicas de segregação racial em relação às populações negras que figuram nessa paisagem urbana mediante sedimentação de um espaço racialmente construídos por um urbanismo oriundo de uma modernidade branca. Nosso argumento central nesta interpretação sugere que os espaços urbanos, assim como a Aldeota, materializam e simbolizam as distinções de classe social de modo também racializado. É fundamental refletir a indissociabilidade dessas dimensões como parte das análises que abordam os processos de segregação socioespacial nas cidades. A inovação e contribuição temática mais importante deste estudo está no interesse de construção deste enfoque, compreendendo a racialização das formas de segregação das elites locais e a construção de seus espaços de privilégios de classe e raça nas grandes cidades.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Sânzio de. **Aldeota**. Fortaleza: Coleção Pajeú Secultfor, 2015
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Léxicos urbanos e arenas públicas: observando tempos e espaços no Centro de Fortaleza. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, p. 71-90, 2019.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BONNETT, Alastair. “The Metropolis and White Modernity”. **Ethnicities**. Vol. 2 (3): 349-366. Sage Publications. London, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica do julgamento social**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- CARVALHO, Jader. **Aldeota**. São Paulo: Exposição do livro, 1963.

- COROSSACZ, Valeria Ribeiro. Relatos de Branquitude entre um grupo de homens brancos do Rio de Janeiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n.105, p. 43-64, 2014.
- DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. A dinâmica do espaço intra-urbano de fortaleza e a formação de “novas centralidades”. **XI Encontro Nacional da ANPUR**, 2005.
- DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. **O Bairro da Aldeota como expressão da dinâmica intra-urbana de Fortaleza**. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. **Segregação racial em São Paulo: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. Segregação racial em regiões metropolitanas brasileiras. **44º Encontro Anual da Associação Brasileiras de Pesquisa e Pós-Graduação de Ciências Sociais (ANPOCS)**, 2020.
- FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquitude não-marcada. *In*: SOVIK, Liv; WARE, Vron. **Branquitude: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 307-338, 2004.
- FRANKENBERG, Ruth. **White women, race matters: The social construction of whiteness**. U of Minnesota Press, 1993.
- GOMES, Ione Arruda. **Imagens indeléveis: primeiros contatos com o bairro Aldeota**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.
- GONDIM, Linda Maria de Pontos. **O dragão do mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**. Fortaleza: Annablume, 2006.
- LINHARES, Paulo. **Cidade de água e sal: por uma antropologia do litoral Nordeste sem cana e sem açúcar**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2013.
- CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco antiracista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Chicago, v. 8, n. 1, 2010.
- MAIA, Suzana Moura. Espaços de branquitude: segregação racial entre as classes médias em Salvador, Bahia. **Século XXI Revista de Ciências Sociais**, v. 9, n. 1, p. 253, 2019.
- MORRISON, Toni. **Playing in the dark: Whiteness and the literary imagination**. New York: Vintage, 1992.
- PINHO, Patricia de Santana. White but not quite: tones and overtones of whiteness in Brazil. **Small Axe: A Caribbean Journal of Criticism**, v. 13, n. 2, p. 39-56, 2009.
- PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 59-90, 2002.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque**: reformas urbanas e controle social, 1860 – 1930. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

RAMOS-ZAYAS, Ana Y. ‘Sovereign Parenting’ in Affluent Latin American Neighbourhoods: Race and the Politics of Childcare in Ipanema (Brazil) and El Condado (Puerto Rico). **Journal of Latin American Studies**, v. 51, n. 3, p. 639-663, 2019.

RAMOS-ZAYAS, Ana Y. **Parenting empires**: Class, Whiteness, and the Moral Economy of Privilege in Latin America. Durham: Duke University Press, 2020.

RATTS, Alecsandro J.P. Os povos invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará. **Cadernos CERU**, v. 9, p. 109-127, 1998.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e poder: revisitando o “medo branco” no século XXI. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 13, p. 134-147, 2014.

SOVIK, Liv Rebecca. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

Recebido em: 10/11/2022

Aprovado em: 15/12/2022

Publicado em: 28/12/2022